

# Da mediatização do sofrimento social à experiência pública de injustiça: testemunhos online de catadores de materiais recicláveis em torno da desativação do Aterro do Jóquei, no Distrito Federal

**From the mediatization of social suffering to the public experience of injustice:** online testimonies of waste pickers around the decommissioning of the Jóquei Landfill in the Federal District, Brazil

**De la mediatización del sufrimiento social a la vivencia pública de la injusticia:** testimonios online de recicladores en torno al desmantelamiento del Vertedero de Jóquei, en el Distrito Federal, Brasil

**Sayonara  
LEAL**

[sayoleal@gmail.com](mailto:sayoleal@gmail.com)

Professora do Departamento  
de Sociologia da Universidade  
de Brasília - UnB

81

A Política Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos no Brasil determina que rejeitos orgânicos e sólidos tenham disposição final ambientalmente adequada e ordena a desativação de lixões a céu aberto no país. O descarte de resíduos em aterros precariamente controlados, conhecidos como lixões, constituem um sério problema socioambiental que atinge 59% dos municípios brasileiros. Mas, apesar de se traduzirem em espaços de duplo registro moral: fonte de riscos sanitários e de injustiças sociais, os lixões se constituem em lócus de “trabalho sujo” para milhares de catadores de materiais recicláveis e, neste sentido, suas desativações provocam incertezas para a subsistência desses trabalhadores. Nossa pesquisa trata de coletores de resíduos sólidos, no Distrito Federal, confrontados ao momento crítico dos movimentos pela interdição da atividade de catação no Aterro do Jóquei, o chamado “Lixão da Estrutural”, na Cidade Estrutural. Os catadores criticam as condições de fechamento do aterro sem haver garantias de compensações pelo serviço insalubre de coleta seletiva que prestam à sociedade. Com base na análise sociológica do discurso de testemunhos desses trabalhadores sobre sua situação problemática, em protestos coletivos no espaço público e em vídeos gravados e publicados na rede social Facebook, discutimos a mediatização do seu sofrimento social enquanto

*micro prática discursiva de demanda por justiça social. Trata-se de um ato de superação de injustiças hermenêuticas que constituem uma verdadeira infrapolítica de visibilidade de “atores vulneráveis” como parte significativa da estratégia de mobilização social em torno da solução do problema público da inclusão socioprodutiva dessa categoria socioprofissional na economia circular local da reciclagem.*

**Palavras-Chave:** *Sofrimento social, catadores de materiais recicláveis, testemunhos, rede social digital, lixão.*

*Brazil's National Solid Waste Treatment Policy stipulates that organic and solid waste must be disposed of in an environmentally appropriate manner and orders the decommissioning of open dumps in the country. The disposal of waste in precariously controlled landfills, known as dumps, is a serious socio-environmental problem that affects 59% of Brazilian municipalities. However, despite being spaces with a double moral record: a source of health risks and social injustices, dumps are a place of “dirty work” for thousands of waste pickers and, in this sense, their decommissioning causes uncertainty for these workers' livelihoods. Our research deals with solid waste collectors in the Federal District, faced with the critical moment of the movements to ban waste picking at the Jóquei Landfill, the so-called “Lixão da Estrutural”, in Cidade Estrutural. The waste pickers are criticizing the conditions under which the landfill is being closed without any guarantee of compensation for the unhealthy selective collection service they provide to society. Based on the sociological analysis of the discourse of these workers' testimonies about their problematic situation, collective protests in the public space and videos recorded and published on the social network Facebook, we discuss the mediatization of their social suffering as a micro discursive practice of demand for social justice. It is an act of overcoming hermeneutic injustices that constitute a true infra politics of visibility for “vulnerable actors” as a significant part of the social mobilization strategy around solving the public problem of the socio-productive inclusion of this socio-professional category in the local circular economy of recycling.*

**Keywords:** *Social suffering, waste pickers, testimonies, digital social network, dumpsite.*

*La Política Nacional de Tratamiento de Residuos Sólidos de Brasil estipula que los residuos orgánicos y sólidos deben eliminarse de forma ambientalmente adecuada y ordena el desmantelamiento de los vertederos a cielo abierto del país. La eliminación de residuos en vertederos precariamente controlados, conocidos como basurales, es un grave problema socioambiental que afecta al 59% de los municipios brasileños. Pero, a pesar de ser espacios con un doble registro moral: fuente de riesgos para la salud y de injusticias sociales, los vertederos son un lugar de «trabajo sucio» para miles de recicladores y, en este sentido, su desmantelamiento provoca incertidumbre para el sustento de estos trabajadores. Nuestra investigación trata sobre los recolectores de residuos sólidos en el Distrito Federal, enfrentados al momento crítico de los movimientos para prohibir las actividades de reciclaje en el Vertedero Jockey, el llamado «Lixão da Estrutural», en Cidade Estrutural. Los recicladores critican las condiciones en las que se está cerrando el vertedero sin ninguna garantía de compensación por el insalubre servicio de recogida selectiva que prestan a la sociedad. A partir del análisis sociológico del discurso de los testimonios de estos trabajadores sobre su problemática situación, de las protestas colectivas en el espacio público y de los videos grabados y publicados en la red social Facebook, discutimos la mediatisación de su sufrimiento social como una práctica micro discursiva de demanda de justicia social. Se trata de un acto de superación de injusticias hermenéuticas que constituye una verdadera infrapolítica de visibilidad de los «actores vulnerables» como parte significativa de la estrategia de movilización social en torno a la resolución del problema público de la inclusión socioprodutiva de esta categoría socioprofesional en la economía circular local del reciclaje.*

**Palabras clave:** *Sufrimiento social, recicladores, testimonios, red social digital, vertedero.*

## Introdução

Este texto joga luz sobre a função epistêmica do testemunho de “atores vulneráveis” em contexto de mobilização social ao proporcionar novos conhecimentos e perspectivas acerca de problemas sociais que os afligem. As lutas sociais não só produzem visões contra-hegemônicas sobre a realidade (social), mas também desenvolvem métodos inovadores de investigação política que têm sido capazes de desafiar “formas exemplares” consagradas de prática democrática.

Este artigo visa desenvolver o relato de um caso ilustrativo de ato testemunhal como um tipo de inovação político-cognitiva que oportuniza a superação das desvantagens epistêmicas que grupos oprimidos experimentam, remetendo ao que Miranda Fricker (2017) chama de fenômeno de “marginalização hermenêutica”. Postulamos que o testemunho constitui prática epistêmica fundamental enquanto recurso comunicativo que participa da construção da experiência coletiva do sofrimento social com potencial de informar a mobilização social. Trata-se de um processo de aprendizagem coletiva que ocorre em “clima hermenêutico inclusivo” (Zamora, 2017) capaz de induzir à confiança epistêmica necessária para se contrapor ao que se considera injusto. Assim, apresentamos um caso de demonstração de capacidade hermenêutica e testemunhal de catadores de material reciclável, em estado emocional de sofrimento, em função das incertezas sobre a continuidade de sua subsistência devido à desativação de um aterro

de dejetos a céu aberto, na Cidade Estrutural, no Distrito Federal, onde realizavam o “trabalho sujo” da triagem do lixo seco.

A interdição da atividade da catação de resíduos (orgânicos e sólidos) em aterros sanitários semicontrolados no Brasil decorre da aplicação da Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos no país (Lei nº 12.305, 2010), e apresenta duas medidas fundamentais. Ela determina que rejeitos de todos os tipos tenham disposição final ambientalmente adequada, contando com a prática da coleta seletiva para destinação de materiais reaproveitáveis para a reciclagem, prevendo também a inclusão socioprodutiva de coletores de resíduos sólidos na economia circular via cooperativismo popular, e ordena a desativação dos chamados lixões (aterros a céu aberto) no país. Esses trabalhadores se notabilizaram na cena pública de implementação da política nacional de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal ao criticarem as condições de negociação com o poder público local acerca do encerramento de sua atuação laboral no lixão sem garantias de compensação pelo serviço insalubre prestado à sociedade, lançando mão de dispositivos de comunicação e protestação social. Os catadores deram vazão a experimentações democráticas em redes sociais digitais como estratégia de publicização de seu sofrimento social devido à situação problemática que enfrentavam, robustecendo, assim, a racionalidade da sua própria mobilização social em busca de um compromisso com o governo distrital para solução do problema público da inclusão

socioprodutiva da categoria na economia da reciclagem da região.

O foco de nossa análise está na adoção do testemunho autoral do sofrimento social desses trabalhadores em reuniões presenciais com agentes públicos (Defensoria e Ministério Públicos), na frente do Aterro do Jóquei, para o exercício interpretativo de suas experiências laborais no lixão como injustas e em vídeos gravados no próprio lixão, veiculados em rede social virtual, denunciando as suas condições de trabalho e incertezas sobre a reparação oferecida pelo governo distrital em função de seus serviços prestados como agentes fundamentais da coleta seletiva na capital do país.

Com a prática testemunhal da experiência catadora em um lixão na mídia social Facebook, pudemos constatar o ato conjuntivo epistêmico e político-comunicativo desses trabalhadores da reciclagem quando, de um lado, se deslocam de um estado primário sensível de indignação para outro secundário, refletido em apresentação de provas e argumentos, executando assim algo muito próximo ao que Louis Quéré (2012, 2021), inspirado na teoria das emoções de John Dewey (1894), conceitua como “trabalho das emoções”. E, de outro, observamos a estratégia de política de comunicação de publicidade de longo alcance da palavra catadora ao utilizarem uma das principais redes sociais online no Brasil.

A etapa do sofrimento de segunda ordem se apresenta como primordial para a rationalização da denúncia epistêmica (desconsideração de suas críticas pelo governo distrital na condução da PNRS) e de injus-

tiças sociais (escassez de renda, déficit de coletiva seletiva e insalubridade no local de trabalho) às quais se veem submetidos. Dos testemunhos individuais do sofrimento causado pelos movimentos em torno da desativação do Lixão da Estrutural advém um bem comum, resíduos recicláveis “para todos” e infraestrutura socioeconômica para sua comercialização fora do aterro.

O sofrimento social pode ser considerado registro afetivo propedêutico à crítica dirigida à(s) sua(s) causa(s) e a seus efeitos na vida de quem sofre. Nesse sentido, podemos vislumbrar um potencial de acionamento de reflexividade e agência quando o sofrimento leva à experiência de injustiça percebida como tal pelo ator social que evidencia o rompimento ou a fragilização de lastros normativos nos quais se amparavam a ordem normal de sua rotina e vivências. Assim, a experiência de injustiça social começa no “sentir” e se faz pela articulação entre sofrimento, indignação e situação pragmática designada como problemática. Disso decorrem possibilidades de formulação coletiva de problemas públicos, e sua veiculação em arenas de visibilidade e simbolização (interpretação). Mas certas minorias não detêm os meios simbólicos que lhes permitiriam articular as experiências de sofrimento de seus membros de forma adequada a seus fins interpretativos e normativos (Zamora, 2015, 2017, 2019). Os membros dessas minorias carecem dos meios simbólicos para tornar suas experiências compreensíveis e aceitáveis, tanto para eles mesmos quanto para o resto da sociedade, o que se traduz em uma forte barreira a lutas por reconheci-

mento (Honneth, 2003).

A escassez de espaços de simbolização, como as arenas do jornalismo, do legislativo ou do judiciário, leva a uma exclusão sistemática dessas minorias oprimidas dos lugares de produção simbólica, o que Fricker (2017) denominaria de “injustiça hermenêutica”<sup>1</sup>. Nesse sentido, as mídias sociais digitais constituem espaços alternativos de expressão e aparição de sujeitos minoritários que não cumpriam as condições normativas da ética do discurso da esfera pública habermasiana, oportunizando um lócus de engendramento de uma política de visibilidade em torno do reconhecimento de lutas sociais cujo potencial permite uma “quase-interação mediatizada” capaz de criar “intimidade não recíproca à distância” (Thompson, 2005) com públicos possíveis e implicações nas relações complexas e mutáveis entre visibilidade e poder político. Nesses espaços, no entanto, também se desdobram disputas semânticas em torno da gramática dos conflitos sociais. Pelo número de usuários, as redes sociais da internet, ao darem publicidade a problemas sociais, também publicizam omissões dos poderes públicos em relação a injustiças e reivindicações de grupos sociais.

Entendemos que levar a sério a descrição do sofrimento vivido em narrativas testemu-

nais de quem sofre pode contribuir para tirar grupos sociais subalternizados da invisibilidade e a atribuir aos indivíduos a capacidade de reivindicar e de agir coletivamente para transformar as condições de sua existência. Nesse sentido, “a questão do testemunho está ligada a duas outras questões: àquelas de sofrimento e verdade. As demandas do testemunho nunca se impõem tão fortemente como quando o sofrimento está em jogo” (Boltanski, 2015, p. 147). Ao operarem em regime de justiça e de justificação (Boltanski, 2000), os testemunhos dão prova de sua verdade quando expõem designações do que seria justo e injusto em relação à situação problemática que ajudam a denunciar para torná-la inaceitável (Boltanski, 2009).

A proposta deste artigo é, justamente, levar a sério problematizações produzidas por trabalhadores da reciclagem em suas avaliações sobre a justeza de sua situação de vida em um aterro sanitário semicontrolado, enfatizando a distinção analítica das categorias de sofrimento social e testemunho em relação a todo o processo de protesto coletivo visibilizado.

Embora saibamos que o sofrimento, em seus efeitos psicossociais induzidos pela violência, pela pobreza e exclusão, pode isolar os indivíduos em sua dor e inibir ações protestatórias (Renault, 2008), procuramos compreender como um ator coletivo conse-

<sup>1</sup> Fricker (2017) discute dois tipos de injustiça epistêmica: a testemunhal e a hermenêutica. A primeira ocorre quando os preconceitos levam um ouvinte recurrentemente, de forma estrutural-sistêmática, a diminuir a credibilidade dos julgamentos e críticas de um emissor/enunciador; já a segunda corresponde a uma fase anterior em que a falta de recursos interpretativos coletivos dificulta que um sujeito comprehenda suas próprias experiências, dificultando a denúncia pública de injustiças.

gue publicizar suas vulnerabilidades, suas demandas e sua “identidade” grupal, testemunhando sobre a situação social por ele veiculada e adquirindo visibilidade para si e para um público mais amplo. Trata-se do problema da politização tanto do sofrimento social (Herzog, 2018) como da experiência de injustiça social (e simbólica) vivenciada por “públicos frágeis”, subalternizados, (Scott, 2003) em um quadro de lutas por reconhecimento social que requer capacidade e espaços para formulação de críticas, no sentido de convertê-las em demandas e ação coletiva (Honneth, 2007, 2018; Renault, 2004).

Do ponto de vista metodológico, podemos ver claramente como as abordagens da sociologia pragmática da crítica (Boltanski & Thevenot, 2020), dos problemas públicos (Gusfield, 2014; Cefai, 2017a, 2017b) e da análise sociológica do discurso (Herzog, 2011; Ruiz, 2009) nos permitiram dar conta do percurso lógico do deslocamento do sofrimento social para a experiência pública de injustiça de um grupo subalternizado. Isso nos forneceu chaves para uma analítica de mobilizações sociais em seus objetivos contestatórios ao lançarmos um olhar mais atento ao experimentalismo dos catadores quando estes se beneficiam de recursos democráticos para fazer política, como a ocupação do espaço público em passeatas e os usos das tecnologias da informação e da comunicação.

O texto está dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, discutimos em que medida o sofrimento social pode ser entendido como âncora de uma “pedagogia emancipatória”, no seio de uma teoria da crítica

imanente em que o subalterno se notabiliza como crítico social. No item seguinte tratamos da capacidade de conversão do sofrimento em crítica social com potencial mobilizador, tendo como pano de fundo empírico protestações de catadores em torno do fechamento do Lixão da Estrutural. Na terceira parte destacamos a capacidade de mediatisação do sofrimento social, a partir da prática epistêmica do testemunho daqueles trabalhadores da reciclagem, em espaços online e offline, para mobilização de seus pares. E, finalmente, empreendemos uma analítica do discurso catador, veiculado no aplicativo Facebook, apontando para o paradoxo da política ambiental do fechamento dos lixões sem garantia de coleta seletiva e inclusão socioprodutiva em cooperativas de triagem e reciclagem de materiais reutilizáveis.

A pesquisa detectou algumas tendências centrais que vêm moldando experiências de formulação de problemas públicos na contemporaneidade, as quais dizem respeito ao envolvimento de atores vulneráveis no debate sobre suas soluções. Trata-se de evidenciar a função epistêmica de pessoas que sofrem, pois, essas fornecem novas perspectivas na arena pública sobre enfrentamentos de situações problemáticas que as afigem.

### ***Sofrimento social de “atores vulneráveis” como âncora de uma “pedagogia emancipatória”***

As pessoas sofrem por diversos motivos, em diferentes situações consideradas problemáticas e/ou desestabilizantes. Independentemente das expectativas normativas

em relação às instituições sociais, sofrer é condição humana fundamental. Mas o que interessa, do ponto de vista sociológico, é interrogar: por que se sofre? Quais as causas de um sofrimento? O sofrimento social decorre do descompasso entre reivindicações normativas e constatação ou vivência do real ou, nos termos de Boltanski (2009), dos descompassos entre realidade (instituições, normas, regras) e mundo social (cotidiano das pessoas). Conectam-se, assim, realidade psicológica, sofrimento e um elemento social (Renault, 2004). Mas, qual sofrimento está contido na ideia de sofrimento social? Por exemplo, dizer que eu sofro significa que houve um julgamento sobre uma realidade da qual tínhamos uma consciência, mas que foi alterada engendrando uma outra ciência de uma situação considerada sofrível. O sofrimento aqui é visto como o motor da crítica e da mudança social. Herzog (2018, p. 8, tradução própria) esclarece que “Ao entender a evitação do sofrimento como a evitação do reconhecimento errôneo, fica claro que o sofrimento de segunda ordem não é uma norma, mas sim uma multiplicidade de normas que mudam historicamente, trata-se do sofrimento produzido quando essas normas não são realizadas”.

Se o sofrimento é sistêmico e tem caráter propedêutico a protestações coletivas, como ele se torna um elemento de crítica social? Honneth (2013) explica que desde Adorno o humano se desumaniza em função das relações sociais existentes e suas assimetrias de poder. Para entender esse processo, Adorno sugere ancorar o conhecimento nas experiências que agitam as

normas que regem a vida e as formas cognitivas, ou seja, a experiência da crise e do sofrimento humano: “dar voz ao sofrimento é uma condição de toda verdade”, ou seja, o sofrimento é indício de fenômenos sociais, pois o indivíduo experimenta o sofrimento subjetivamente a partir da mediação da objetividade das condições sociais. Em termos adornianos, a “sociedade se torna perceptível quando dói”. O sofrimento não seria uma base conceitual para o conhecimento, mas uma experiência corporal que constitui o próprio conceito de ser humano.

Mas, para uma “pedagogia emancipatória”, não é necessário apenas sofrer. É preciso haver a passagem do “mero” sofrimento para uma versão refletida do objeto que faz a pessoa sofrer. Renault (2008) tipifica duas variações de sofrimento (normal e anormal). O tipo normal seria o sofrimento integrado à vida, que, de tão rotinizado, parece ser suportável. Já o modo anormal diz respeito ao sofrimento que se torna insuportável, tornando muito difíceis as relações consigo mesmo e o mundo, pois esse sofrimento tem caráter incapacitante.

Podemos falar também de sofrimento de primeira e segunda ordens (Herzog, 2018). Aqui, o sofrimento primário está ligado a fenômenos que não precisam necessariamente ser percebidos em termos de sofrimento. Já o sofrimento secundário revela-se quando há a percepção do sofrimento por quem sofre. Assim, o sofrimento social, como sofrimento de segunda ordem, ou sofrimento por desrespeito (negação de reconhecimento), depende de como um fenômeno específico de primeira ordem é percebido.

*...o sofrimento social como fenômeno de segunda ordem não é um ponto de partida original, autêntico ou natural, mas está sempre relacionado ao quadro normativo socialmente aceito em um contexto sócio-histórico específico. Isso também significa que, embora estejamos falando do sofrimento como uma âncora pré-científica, empírica e moral para a crítica, o sofrimento social não é pré-social ou pré-discursivo. Ele está inserido em um mundo social de construção (discursiva) de reivindicações normativas (Herzog, 2018, p. 9).*

A crítica imanente pautada no sofrimento social refere-se apenas à diferença entre reivindicação e realidade. Ou seja, somente aquelas ações sociais que contradizem expectativas normativas produzem sofrimento social. Essas, como enfatiza Honneth (2007), podem encarnar formas ideologizadas de perceber determinadas situações criticáveis<sup>2</sup> e, inclusive, contrariar princípios democráticos de convívio social amparados em pluralismos, diversidades e diferenças.

Ao tratarmos de expectativas normativas frustradas, acreditamos que elas estão em conexão direta com um “campo de experiências”, tal como nos lembra Koselleck (2006), “não há um sem o outro”. Da experiência é possível tomar expectativas e experimentações para se alcançar a reversibilidade da situação que se apresenta como intolerável. Isso requer a passagem do sofrimento social

para a experiência de injustiça social, que, por sua vez, exige certa reflexividade. Trata-se de uma supervalorização das experiências subjetivas dos sujeitos como instrumento fundamental para lutas por reconhecimento, mesmo quando nos questionamos sobre a capacidade crítica de atores sociais subalternizados em situações coercitivas.

Celikates (2012), observa o problema da desigualdade entre atores sociais, em termos de seu acesso desigual à crítica, ao discutir a tese de Boltanski e Thévenot (2020) sobre os regimes de justificação operados pelas pessoas em função de suas capacidades de criticar. No entanto, constrangimentos estruturais, por um lado, não necessariamente impedem a capacidade crítica do ator social, se a tomarmos como pressuposto teórico ou premissa metodológica e não como um objeto de estudo (Campos, 2016). Mas, por outro, posições sociais desprestigiadas e desfavorecidas, inclusive hermeneuticamente, poderiam dificultar a “formalização da crítica”, enquanto dispositivo, “um construto de elementos (objetos) capazes de operacionalizar algo. . . como uma ferramenta, formada por peças.” (Werneck & Loretto, 2019, p. 351) cuja efetivação, a partir de um conjunto de manifestações de insatisfação, desgosto, frustração, define uma situação como crítica.

<sup>2</sup> Trata-se da “ideologia de reconhecimento” e “ideologia do desrespeito”. Na primeira modalidade, temos uma situação em que deveríamos esperar sofrimento, mas esse não é percebido como desrespeito pelo ator social, ou é racionalizado por algo como uma “falsa consciência”. A segunda forma refere-se a situações de causas de sofrimento que não encontram eco em padrões normativos legítimos e legais em democracias, como é o caso de pessoas brancas sentirem-se prejudicadas por ações afirmativas que “privilegiariam” pessoas não-brancas (Honneth, 2007).

Assim, a concepção de capacidade crítica pode nos servir heuristicamente se a concebermos não como um fato de competência sociolinguística dada, mas em termos de seus efeitos possíveis e verificáveis na performance da ação, como em cenas de protesto (coletivo) envolvendo atores vulneráveis.

O campo semântico para definir vulnerabilidade é vasto e pluridisciplinar, mas podemos esclarecer que a abordagem da vulnerabilidade evocada aqui não se refere à essência de indivíduos socialmente desfavorecidos, mas à situação, episódica ou renitente, em que pessoas atestam incapacidade de se desvincilar de inquietações, constrangimentos ou riscos (sociais, ecológicos, sanitários, físicos) que comprometem sua liberdade, inclusive de escolha e, por isso, estão vulneráveis. Da mesma forma, a vulnerabilidade das condições de vida das pessoas em estado de pobreza e precariedades não pode se confundir com a sua capacidade discursiva para falar da própria situação (Tourette-Turgis & Thievenaz, 2012). Nesses termos,

*o falante vulnerável tem um ponto de vista sobre as suas condições de existência, produz um discurso particularmente sobre si mesmo e exerce o poder de agir para resistir à pobreza e à dominação; as designações que lhe são atribuídas geralmente vêm de fora, de uma fragmentação lexical e empírica resultante do discurso das políticas de assistência social ou do trabalho dos pesquisadores, e não do seu ponto de vista, do seu discurso e do seu poder de agir; os investigadores correm o risco de investir a sua posição social, ideológica e política no seu trabalho em oradores vulneráveis (atores fracos, subproletários ou subalternos) (Paveau, 2017, p. 143).*

Dito de outra forma, nos termos de Medina (2012), pessoas marginalizadas têm acesso privilegiado ao conhecimento social porque tendem a desenvolver uma “lucidez subversiva” a partir da qual “é provável que detectem e resolvam pontos cegos e desenvolvam novas formas de lucidez capaz de enriquecer a cognição social” (p. 45). Pessoas pertencentes a grupos oprimidos tendem a acessar uma condição de “metalucidez”, entendida como a capacidade de reconhecer os limites das formas dominantes de ver e de os verbalizar.

Na próxima seção trataremos do caso empírico da reação dos trabalhadores informais da coleta seletiva do DF confrontados à desativação do Lixão da Estrutural, restituindo a capacidade interpretativa do falante vulnerável. Atestamos que a experiência lúcida de sofrimento produz novos pontos de vista que permitem tanto iniciar lutas sociais como revelar a dimensão propriamente cognitiva dessas.

### ***Capacidade de conversão do sofrimento em crítica social mobilizadora: protestações de catadores do Lixão da Estrutural***

Os movimentos em torno do fechamento do Aterro do Jóquei, conhecido como Lixão da Estrutural, datam dos anos 1990, quando órgãos do poder público, como a Defensoria Pública, Ministério Público e governo distrital, discutiam as condições intoleráveis de insalubridade do trabalho dos catadores de resíduos sólidos no Aterro do Jóquei, na cidade da Estrutural, no Distrito Federal, e os efeitos ambientais provocados

pela decomposição dos rejeitos orgânicos ali depositados, resultando em substâncias tóxicas e poluentes como o chorume. Trata-se, assim, de um quadro de duplo registro moral de injustiças: social e ambiental. Mas somente a partir de 2010, com a criação da Política Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos (PNTRS), as ações públicas para a desativação dos lixões no país ganharam, de fato, fôlego e regulamentação, prevendo a inclusão socioprodutiva dos catadores em cooperativas de triagem de resíduos sólidos e reciclagem (Lei nº 12.305, 2010).

O Lixão da Estrutural, no qual atuavam cerca de 3.000 catadores, foi desativado em janeiro de 2018, mas nossa pesquisa de campo ocorreu entre 2016 e 2019, tendo como objeto de investigação os atos de resistência produzidos pelos trabalhadores da reciclagem diante de um sistema de compensação social acionado pelo poder público para protegê-los das injustiças diante da desativação do aterro, onde exerciam a modalidade de “trabalho sujo”, em contato direto com resíduos produzidos pela sociedade.

O dispositivo de compensação proposto pelo poder público pela interdição da catação no aterro se traduzia, basicamente, em uma renda mínima (na época, 350 reais por pessoa) paga durante a transição do lixão para galpões de triagem; formação em educação ambiental e gestão de empresas sociais de reciclagem (Procatador); inserção em cooperativas de tratamento de resíduos

sólidos e contratação desses catadores cooperados pelo GDF para coleta e triagem de materiais recicláveis. No entanto, os trabalhadores da catação destacavam o problema do déficit de coleta seletiva nas regiões administrativas do DF e a insuficiência do valor da bolsa para sua subsistência e das garantias de inclusão socioprodutiva: “sem resíduo seco coletado pelo governo a gente não tem como trabalhar nos galpões”, “Bolsa não é renda para catador”, “Lixão fechado quando o último catador for incluído”, vociferavam os catadores em audiência pública com o governo distrital, no Palácio do Buriti<sup>3</sup>, em tratativas de negociação com o poder público local acerca das condições de fechamento do aterro.

Na pesquisa, verificamos, em mini mobilizações no espaço público, dentro e fora do Lixão da Estrutural, em vídeos gravados e veiculados em redes sociais digitais, as reações dos catadores àquilo que julgavam insuficiente como reparação para atender às suas necessidades existenciais e materiais. Além disso, contestavam o fato de haver limites de vagas nos galpões de triagem para a incorporação de todos os catadores cooperados.

Observamos que os catadores não se posicionavam, necessariamente, contra o encerramento de suas atividades no lixão, “Não somos contra o fechamento do lixão”, mas “os galpões são tão desumanos como o lixão”, porque “lá só vai ter rejeito,

<sup>3</sup> Terceiro encontro dos catadores atuantes no Lixão da Estrutural com o governador Rodrigo Rollemberg, 2/10/2017.

sem coleta seletiva". No entanto, sinalizaram posições ambíguas em relação à questão ambiental quando se tratava de suas experiências laborais e de sociabilidades nesse espaço, pois, ao mesmo tempo em que admitiram que a vida no aterro causava danos indeléveis e de consequência direta em suas vidas (sobretudo de saúde), argumentavam que o lixão era sua principal fonte "segura" de renda, da qual "não se envergonhavam", e lugar onde construíram, ao longo dos anos, vínculos sociais de caráter eletivo (Paugam, 2017).

Tais representações do aterro da Cidade Estrutural dialogam com o trabalho de Lima (2018, 2023), sobre sua pesquisa no Jardim Gramacho, no RJ, constatando que "Ao contrário do imaginário em torno dos lixões, que imputa a esses espaços sentidos negativos relacionados à miséria, à exclusão social e à marginalidade, o aterro de Jardim Gramacho se apresentava para os catadores como um local caracterizado menos pela escassez e mais pela fartura" (2018, p. 156). Nesse caso, reconhecer o caráter polissêmico do que chamamos lixão implica admitir a inexistência de um problema social a priori, para os catadores, e de uma nova interpretação de velhas questões sociais que agora se constituem em problema para um público que se pergunta sobre a justeza da adoção de medidas socioambientais para proteção da "natureza", sem garantia de seus direitos sociais.

Enfocamos, assim, como as incertezas engendradas pelo fechamento do aterro a céu aberto no DF levam à configuração de uma situação problemática a partir da qual

esses trabalhadores formulam um problema público (a insuficiência da reparação pela desativação do Aterro do Jóquei), demonstrando suas capacidades de symbolizar experiências de injustiça social, fundamentalmente a partir da linguagem do testemunho, que levaram a ações coletivas em reação ao aparato que visava expiar uma situação de precariedade material e desrespeito.

A experiência, nesse sentido, é ponto de partida da reflexão, porque potencialmente produz consciência e conhecimento e possibilita a produção de uma experiência modificada, o que torna visível nosso interesse pelo conceito de (in)capacidade de criticar e agir. Trata-se não de uma capacidade que decorreria da responsabilidade do ator, como indivíduo, ser capaz de formular e expressar crítica, mas do que torna possível, limitante ou constrangedor, no ambiente social dos atores, a mobilização de críticas, criação de cenas de ação e de dispositivos de resistência e mobilização, explorando quais elementos de seu meio podem torná-los incapazes de criticar e agir (Leal, 2019).

Renault (2004) lembra das dificuldades que podemos encontrar para transformar uma experiência de injustiça em demandas políticas coletivas e o quanto essas podem levar a um forte ressentimento em relação à política institucionalizada<sup>4</sup>. No entanto, no caso dos catadores mobilizados levados em consideração neste estudo, a experiência de injustiça instrui um modelo de crítica social capaz de descrever o sofrimento social, assumindo uma forma política.

Então, nos chamou a atenção a maneira de vivenciar a injustiça social no caso dos catadores e sua capacidade de traduzi-las em imagens e sons (vídeos), como engendramento de um dispositivo de denúncia pública, sensibilização e mobilização coletiva.

Interessamo-nos, assim, pela passagem do sofrimento de primeira ordem (sofrimentos suportáveis pelos catadores na labuta no lixão) para o de segunda ordem (sofrimento insuportável causado pelo fechamento iminente do aterro), quando os catadores demonstram capacidade de conversão do sofrimento em crítica social mobilizadora, impulsionados pela busca de reconhecimento de seus direitos como cidadãos, aliando “política da piedade” a “política da justiça” (Boltanski, 1993).

Honneth<sup>5</sup> exprime uma promissora construção teórico-metodológica para pensarmos em uma pedagogia da emancipação a partir de registros afetivos como o sentimento de indignação proveniente do sofrimento enquanto fonte motivacional, moralmente mediada, de descontentamento e resistência social (Honneth, 2003), capaz de, consequentemente, estimular indivíduos para a entrada em grupos políticos e movimentos contestatórios. Isso porque, para Honneth (2018), as experiências morais se inflamam devido ao dano daquilo que podemos obser-

var como as expectativas morais dos sujeitos desenvolvidas durante a socialização individual, ou seja, ferimentos no “moral point of view” das pessoas (Honneth, 2018). Assim, nos interessamos pela possibilidade de encontrar um elemento imanente à própria realidade social dos catadores mobilizados em torno do problema do fechamento do lixão que dá sustentação não só à crítica teórica, mas representa em si um momento de possível transcendência intramundana, ou, em outros termos, um potencial de provocar mudanças e a emancipação desses trabalhadores, sem desprezar o trabalho reflexivo e intelectual do crítico teórico (Honneth, 2018; Celikates, 2012).

Em Honneth, não apenas localizamos o elemento pré-científico de emancipação nos sentimentos de desrespeito social, mas também, a partir de uma perspectiva voltada para o conflito, nos reencontramos com o pressuposto da Teoria Crítica segundo o qual dentro de uma sociedade já existem elementos que possibilitam críticas práticomorais. Essas podem ser operadas pelas pessoas que sofrem e se tornam críticas da realidade institucional ancoradas no sofrimento anormal ou de segunda ordem.

Mas a capacidade de conversão do sofrimento social em crítica social mobilizadora reabre o debate sobre a capacidade deli-

<sup>4</sup> Renault (2017) ainda adverte que os movimentos sociais que alimentam o populismo autoritário ou formas antropolíticas de protesto são formas de luta contra a experiência de desprezo social que, por meio de uma restauração religiosa da autoestima, fornecem uma ilustração às vezes trágica.

<sup>5</sup> Honneth (2013) observa que as lutas em repúdio à negação de reconhecimento (reificação) se sustenta em apoios normativos para elaboração do conteúdo da demanda de estima social que visa a compensação de desapontamentos em larga escala em uma esfera de ação por meio de reparação do desrespeito, muitas vezes em outra esfera.

berativa e de justificação dos atores sociais sofrendo uma injustiça. Isso porque as desigualdades sociais, como sabemos, levam também a desigualdades de capacidade, gerando uma estratificação em que aqueles que são categorizados como pobres, desprovidos de recursos considerados relevantes para se fazer o que se quer, estão privados de direitos e liberdades das quais dispõem os outros. Disso decorre a importância de atentarmos para formas silenciosas (Scott, 2003) ou inovadoras de práticas epistêmicas críticas de atores vulnerabilizados (Fricker, 2017), uma vez que cada um é “potencialmente capaz” mesmo com o pouco que se oferece, em termos de chances de acesso a bens e serviços, porque esses conferem, revelam e atualizam capacidades (Genard, 2007). Nessa direção, as capacidades aparecem em dois registros pragmáticos conexos: como potencialidades às vezes frágeis, mas sempre mobilizáveis e diversificadas segundo os indivíduos e as situações (Genard & Cantelli, 2008) e enquanto poder facultado ao ator associado a competências, em termos de saberes (práticos e teóricos) (Boltanski, 2000). Para além da concepção seniana da liberdade de escolha (Sen, 2008), transitamos entre múltiplas formas de capacidades práticas engajadas ao nível da ação significativa, da qual a fala articulada é também uma das figuras essenciais (Breviglieri, 2008).

Nesse sentido, identificamos no quadro de nossa pesquisa o testemunho como recurso epistêmico e comunicativo mobilizado pelos catadores para alcançar objetivos do movimento local de trabalhadores da re-

ciclagem popular como demonstração de suas capacidades crítica e organizacional, superando injustiças epistêmicas e sociais e revelando disposições subjetivas não necessariamente asseguradas a todos pelos direitos de cidadania (Autora, 2019).

O testemunho se converte, assim, como um método para protestação social, uma vez que se traduz em experimentação política capaz de superar desvantagens epistêmicas de grupos sociais vulneráveis que sofrem “marginalização hermenêutica” (Fricker, 2007). Trata-se de enfrentar “patologias culturais” (Zamora, 2017) como a exclusão midiática de sujeitos de direito, vistas como obstruções experienciais que comprometem a publicidade discursiva de “atores frágeis”, dificultando, no sentido político, o “tornar ou tornar-se”, o “fazer ou fazer-se” público (Cefai, 2019).

93

### ***Da mediatização do sofrimento social à experiência pública de injustiça: o uso do testemunho para mobilização dos catadores do Aterro do Jóquei***

As políticas de tratamento dos resíduos sólidos no Brasil que levam à desativação dos lixões para atividades da catação e fortalecem a política da reciclagem popular mediante uma lógica inclusiva dos catadores preveem um compromisso<sup>6</sup> entre razão sanitária, ecológica e econômica; entre justiça social e ambiental. Isso significa estabelecer convenções para orientar o estabelecimento de um acordo justificável do ponto de vista cívico-democrático com a definição

de um certo bem comum (Boltanski & Thevenot, 2020) que se refere, no caso analisado aqui, à articulação entre justiça ambiental e justiça social. Nesses termos, firmar um compromisso (Nachi, 2004) requer a suspensão, mesmo que episódica, de conflitos para viabilização de um acordo que leve a sério a complexidade moral e política dos danos causados ao meio ambiente, à saúde pública aliados a questões sociais. Embora a legitimidade da ação pública de suprimir os lixões esteja assentada em uma moral sanitária e ecológica, segundo diretrizes globais de mitigação de danos ambientais, com o fechamento dos aterros a céu aberto, o envolvimento dos catadores no debate sobre sua inclusão social na economia de tratamento e comercialização de resíduos sólidos se torna incontornável para qualquer compromisso justo com agentes da coleta seletiva popular.

Neste artigo, destacamos como o testemunho de atores sociais que sofrem e denunciam causas e consequências de seu sofrimento contribui para a melhoria da qualidade epistêmica dos processos decisórios democráticos. Nesse sentido, o testemunho das pessoas que sofrem cumpre uma função epistêmica ao fornecer novas perspectivas para o debate sobre soluções de problemas públicos que as afligem.

Cotejamos e analisamos dados audio-

visuais relacionados ao fechamento do Aterro do Jóquei com base na identificação de momentos críticos para os coletores de materiais recicláveis. Acessamos vídeos apoiados em imagens e palavras faladas, gravadas com uso de celular e disponibilizadas na rede social Facebook, particularmente na página de uma liderança do movimento distrital de trabalhadores da coleta seletiva, a qual identificamos, no sentido blumeriano, como “agitador” das mobilizações sociais (Blumer, 1939), enquanto difusor da “inquietação social”: o ex-catador Daniel<sup>7</sup>. Antes e depois da desativação do Lixão da Estrutural, grupos de catadores mobilizaram técnicas narrativas que possibilitaram a partilha de experiências individuais e o desenvolvimento de uma atitude que definimos como “experimentalista”, assumindo também a forma de uma prática epistêmica, os testemunhos.

Acessamos, ao todo, 15 vídeos feitos por e com catadores da Estrutural, no período entre 2014 e 2018. Esse material nos chamou atenção enquanto evidência audiovisual convincente de atividades expressivas de narrativas autorais usadas em pesquisas das ciências sociais (Loizos, 2008; Rose, 2008). Observamos conceitos e fatos narrados pelos catadores nas modalidades discursivas de testemunho e denúncia pública

<sup>6</sup> “Trata-se, então, de estudar a possibilidade de se chegar a acordos justificáveis sob os imperativos e constrangimentos de uma pluralidade de princípios de concórdia disponíveis, sem escapar à dificuldade, reconhecendo um relativismo dos valores e atribuindo esses princípios a pessoas ou grupos de pessoas preenchidos por eles exclusivamente” (Boltanski & Thevenot, 2020, p. 340).

<sup>7</sup> Esta página foi selecionada porque serviu como canal de exibições de vídeos produzidos pelos e com catadores de materiais recicláveis, a maioria feita no lócus de sua atividade laboral.

de injustiças das quais se sentiam vítimas. Buscamos regularidades e padrões evidentes de marcadores de situações problemáticas para esses trabalhadores (fome, desemprego, violência).

Ao exercerem a modalidade do “expressivismo do self” (Allard & Vandenberghe, 2003), os catadores exprimem publicamente um sofrimento enquanto trabalho afetivo-epistêmico porque é revelador da capacidade de traduzir sentimentos morais (ódio, indignação, ressentimento) em conceitos e expressões semióticas. O expressivismo veiculado em uma mídia significa o momento de articulação progressiva de uma situação indeterminada que se torna aqui particularmente evidente, pois, nas práticas do testemunho, não se trata apenas de tornar os fatos visíveis ao público, mas também de lhes dar novo significado, ou seja, de articular as situações vividas e apresentar, conjuntamente, a partir dos relatos das vítimas, categorias capazes de dar conta do sofrimento nessas situações sociais. O testemunho mostra, assim, o modo como uma prática epistêmica também é expressiva, estética e emocional (Zamora, 2019, p. 97).

As atitudes testemunhais tornam visíveis eventos traumáticos e lhes confere valor normativo, utilizando recursos expressivos à disposição das vítimas diretas e indiretas de injustiças (Diaz, 2012). As “formas de testemunho” (Dodier & Barbot, 2018) podem revelar as justificativas nos relatos de experiências negativas de pessoas envolvidas em problemas públicos, evidenciando o que consideram justo ou injusto e o que deve ser feito para mitigar e/ou reparar aflições e prejuízos

causados por medida judicial, como o fechamento de um aterro onde pessoas trabalham para o sustento individual e da família.

Entendemos o ato de testemunhar como mecanismo de comprometimento/engajamento de um indivíduo perante seus semelhantes diante de uma causa. Testemunhar é um ato cognitivo-afetivo que se apoia no sofrimento e na realidade de sua verdade (Boltanski, 2015). Nesses termos, o testemunho diz respeito à demonstração do caráter real do sofrimento daqueles que sofrem, contribuindo, a partir de provas existenciais e epistemicamente localizadas, para a robustez do conhecimento sobre uma situação-problema.

Atos testemunhais viabilizam a articulação de uma perspectiva comum sobre os fatos e sua avaliação normativa configura uma prática epistêmica. No trabalho de Diaz (2012), o testemunho coloca em prática o storytelling; as pessoas que sofreram “contam histórias” na esfera pública. Trata-se de uma habilidade de comunicação capaz de neutralizar os efeitos da exclusão política, pois permite que aqueles que não estão inseridos na esfera pública política habermassiana se expressem publicamente e contribuam substancialmente para a discussão de problemas públicos. Do ponto de vista dos benefícios epistêmicos relacionados ao testemunho, acreditamos que ele mostra como a narratividade promove formas de cooperação epistêmica particularmente interessantes para articular a verdade da experiência negativa compartilhada dos efeitos previstos para os catadores com o fechamento do Aterro.

A narratividade de experiências negati-

vas é uma forma de prática epistêmica com duplo potencial contra-hegemônico, se referindo, por um lado, à capacidade de gerar perspectivas questionadoras das relações de poder, e, por outro, à capacidade de “socializar” a prática política, reforçando o papel da intersubjetividade na formação dos objetivos individuais.

Em sociedades tecnologizadas como as nossas, a visibilidade se torna uma exigência política em torno da qual os atores individuais e coletivos entram em confronto (Voirol, 2005). A visibilidade social de atividades exercidas pelos indivíduos é operada diferentemente segundo gênero, classe e grupo social a que pertencem. No caso dos catadores, a publicação dos vídeos nas redes sociais colocou à disposição de diferentes públicos cenas do cotidiano de um trabalho sujo, invisibilizado, repugnado socialmente. Com a visibilidade mediatisada pelas redes sociais, “Os intervenientes têm agora acesso ao conhecimento de eventos offshore quase que instantaneamente. Atores e eventos tornam-se visíveis para outros fora dos espaços imediatos de interação” (Voirol, 2005, p. 15). Nesse sentido, o uso das redes sociais digitais pode servir como instrumento de divulgação de narrativas descentradas, em relação a relatos oficiais, porque articula experiências de sofrimento social e expectativas de direitos a partir de discursos autorais e identitários.

A ocupação da esfera pública digital por “públicos frágeis” enquanto grupos oprimidos, normalmente submetidos a injustiças hermenêuticas, oportuniza a constituição de “espaços de confiança cognitiva”, em

que pessoas que sofrem injustiças epistêmicas (Fricker, 2017) podem expressar legitimamente suas preocupações, seus sofrimentos e, em geral, sua perspectiva (Zamora, 2019). Participar de um lócus de confiança cognitiva facilitaria a livre troca de experiências individuais, uma vez que os grupos mobilizados podem ser capazes de gerar novos recursos simbólicos que superam as lacunas existentes no recurso hermenêutico compartilhado (Zamora, 2017). Fricker (2017) considera ser essa a condição necessária para a formação de recursos hermenêuticos, os quais habilitam a palavra de indivíduos, em geral alvo de preconceitos, combatendo, assim, “injustiças epistêmicas testemunhais e hermenêuticas”, pois leva grupos minoritários a reagirem a dispositivos tidos como injustos e opressores, desde que acompanhada de operações de investigação coletiva levadas a cabo pelos reclamantes. Isso permite que testemunhos emitidos por grupos historicamente desprovidos de poder social alterem a forma e o conteúdo do debate público, fazendo uso, de forma narrativa, da prova experencial como comprobatória da “verdade” de uma situação.

Veicular no Facebook imagens do corpo do catador transitando entre resíduos secos e orgânicos, respirando a fetidez da insalubridade no lixão, é recurso que corrobora para a credibilidade epistêmica da denúncia. Trata-se, fundamentalmente, de provas irrefutáveis da resignação desse indivíduo ao trabalho sujo, tão estigmatizado e precário quanto necessário para sua sobrevivência e para o conjunto de uma

sociedade cujo aparato de coleta seletiva e limpeza urbana é falho.

Os testemunhos de sofrimento social, revestidos de crítica, na rede social digital conformam um tipo de prática epistêmica que deriva, a nosso ver, do poder de desreificação da comunicação. Podemos apenas formular aqui a ideia de que as tecnologias digitais possibilitam operações investigativas voltadas para a descrição e avaliação normativa de situações problemáticas de sofrimento social, já que “as práticas epistêmicas são um motor de inovação e cooperação política, o que contribui para o aprofundamento da democracia” (Zamora, 2019, p. 101).

### ***O testemunho do catador na rede social Facebook e o paradoxo da política nacional de fechamento dos lixões***

A midiatização do testemunho do sofrimento social experimentado pelos catadores com a desativação dos aterros a céu aberto no país é reveladora de uma prática epistêmica promissora de ocupação da esfera pública (digital) que contribui para a força do movimento social enquanto uma “comunidade de investigação” que busca soluções para seus problemas.

A prática testemunhal observada se traduziu em dispositivo de organização da mobilização catadora em torno do problema público do fechamento do lixão, em dois registros fundamentais: o da autoapropriação coletiva de recursos interpretativos para elaboração da experiência de injustiça social e o da autoidentificação

como agente ambiental cujo trabalho sujo é socialmente relevante.

No primeiro caso, destacamos dois momentos cruciais de autocompreensão coletiva em que a partilha do sofrimento social ocorreu a partir do trabalho emotivo da indignação em reuniões públicas nos arredores do Aterro do Jóquei com diferentes atores sociais (ONGs, agentes públicos) para tomada de consciência da injustiça, em um “clima hermenêutico inclusivo” (Zamora, 2017). Disso decorreu a capacidade hermenêutica associada ao que Zamora (2017) chama de “confiança epistêmica”, na qual se observou a relação do catador com a própria experiência e a de seus semelhantes, reforçando mutuamente suas autopercepções como conhecedor e intérprete de seu mundo social. Nessa etapa de consolidação do problema público, os catadores aprendem a ver a realidade social mais como recurso e menos como obstáculo da ação, ou seja, a indignação coletiva se torna gatilho afetivo para manifestações públicas de reivindicações via testemunhos publicizados no espaço físico e em vídeos gravados e veiculados na internet, aumentando, assim, a pressão sobre o governo distrital para a negociação em busca de uma solução do problema.

No segundo registro, tomados, assim, por um sentimento identitário, os catadores manifestaram suas críticas quando confrontados pelas incongruências entre política pública, condições de efetivação do dispositivo de compensação e direitos humanos. Trata-se da problematização do equilíbrio entre direitos sociais e proteção

socioambiental na condução da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do acionamento da capacidade desses trabalhadores em se constituírem como um público afetado pelas falhas de negociação com o poder público acerca das condições de fechamento do lixão e da continuidade de suas experiências como agentes da coleta seletiva em cooperativas.

A percepção paradoxal do trabalhador da reciclagem popular e a maneira como ele/ela pode ser visto forma a base da fenomenologia do “ser catador”, que se constrói e se reforça no discurso sobre si, em uma narratividade que recobre uma lógica de autoformação em uma situação pragmaticamente crítica de crise. Consciente de sua própria historicidade, o catador se vê ao perceber seus pares da catação, pois “toda identidade se constitui progressivamente graças a um trabalho discursivo pelo qual o indivíduo vem a se dotar de uma representação unitária e coerente de si” (Martuccelli, 2002, p. 367). O trabalho narrativo sobre si em testemunhos autorais se faz, nos termos de Ricoeur (2014), entre ipsité (coerência) e a mesmice (permanência), uma vez que a construção da identidade pessoal a partir do modelo narrativo de identidade se assenta na necessidade de um agente atribuir a si uma ação realizada, ou seja, se reconhecer em uma ação, com agência no mundo em que transita. Assim, “a identidade aparece assim como inseparável de uma estrutura normativa, graças a qual a compreensão de si é uma interpretação que se encontra no relato, entre outros símbolos e signos, uma mediação privile-

giada... [assim] Através do recito, a identidade é aquilo que é presumido de resistir à mudança” (Martuccelli, 2002, p. 369).

O testemunho catador significa o rompimento de barreiras importantes para alavancar lutas por reconhecimento, e acontece pela interface entre visibilidade, publicidade e prática epistêmica do testemunho. A visibilidade do grupo e de suas reivindicações parece, no entanto, ser uma dimensão fundamental, constitutiva da ação coletiva. Diferentes modalidades de ação e manifestação dão vida ao grupo, seja pela ocupação física do espaço, seja pela utilização de formatos simbólicos por meio de vídeos testemunhais online. Assim, a ação dos catadores se desdobra na interação face a face graças a uma ancoragem em espaços localizados, mas também se desenrola num palco mais amplo de visibilidade que envolve uma série de mediações. Se o grupo deve desenvolver práticas que o façam existir no espaço social brasileiro, ele também deve tornar-se visível e reconstruir constantemente uma identidade coletiva, inclusive performando a denúncia pública, mobilizando recursos simbólicos e até objetos materiais (Thompson, 2005).

Os testemunhos dos catadores, presenciais e registrados digitalmente, fazem justamente parte do processo por meio do qual se desenvolve um espaço interno dentro do movimento social em que se constituem e se renovam marcos normativos sobre o que os atores fazem e são, um espaço que permite ao grupo se recompor como entidade coletiva em uma situação de luta (Bleil, 2005). O ato de testemunhar o sofrimento social de forma mediatisada

corrobora para a mobilização que aspira reconhecimento do trabalho catador em meio à imundície formada pelos descartes não separados pela sociedade no aterro, a partir de uma política de visibilidade. “Assim, as ‘lutas pela visibilidade’ que exigem que seja dada maior atenção às práticas injustamente ignoradas podem resultar em transformações na “hierarquia da visão” (Voirol, 2005).

O aparato de análise dos vídeos cotejados é constituído pelo método da análise sociológica do discurso crítico, nos termos de Herzog (2016a, 2016b, 2018). Isso quer dizer que atentamos para a linguagem, verbal e não verbal, em uso pelos catadores no ato de seus testemunhos, observando o texto no contexto da situação que condiciona o discurso catador sobre o trabalho no lixão e suas perspectivas de vida fora dele. Levamos a sério o ponto de vista do sujeito, no sentido de uma hermenêutica de segunda ordem, cuja tarefa interpretativa incorpora a própria interpretação do outro, assim como a intersubjetividade social entre esses trabalhadores como objetivo da análise do discurso. Enfatizamos como o fechamento do Lixão da Estrutural e o dispositivo compensatório contradizem as expectativas normativas dos catadores. Assim, consideramos (1) as reivindicações desses trabalhadores, com o propósito de tornar visível a relação entre experiências laborais e expectativas normativas dos catadores no quadro do sofrimento social politizado por eles; e (3) as consequências da manutenção das incertezas em torno das condições do fechamento do lixão e seus

nexos com regimes de incapacidades tidas como fonte de sofrimento.

No Quadro 1, apresentamos falas dos catadores que tratam das causas de suas inquietações no contexto dos movimentos pelo fechamento do Lixão da Estrutural. Os testemunhos dizem muito sobre experiências de injustiça como forma refletida de um sofrimento anormal que leva à denúncia de uma situação problemática, com escassez de coleta seletiva e incerteza sobre os galpões de triagem, prometidos pelo governo distrital mas não instalados, mesmo com a iminência do fechamento do Aterro. Apresentamos um quadro em que vídeos publicados no Facebook fazem parte de uma estratégia de sensibilização do público, enquanto discurso provocado para ilustrar a cena de mobilização social, e alcançam, inclusive, o poder estatal, acerca de um sofrimento comum, capaz de associar distintas políticas da piedade e da justiça (Boltanski, 1993).

Procedemos à transcrição dos testemunhos dos catadores atuantes no Aterro do Jóquei, em duas colunas. Classificamos os conteúdos segundo as dimensões visual (cenário dos testemunhos) e verbal (expressões verbalizadas). A unidade de análise foi a fala desses trabalhadores e a escolha do material ocorreu em função do quadro teórico adotado, que se apoia em teorias sociais que atentam para a capacidade crítica de atores sociais em momentos críticos e suas possibilidades de oferecer um registro epistêmico e hermenêutico sobre as situações problemáticas em que estão enredados.

**Quadro 1.** Vídeos com catadores atuantes no Lixão da Estrutural no período anterior à desativação**Table 1.** Videos with waste pickers working at the dump in the period before deactivation

DIMENSÃO VISUAL	DIMENSÃO VERBAL
<b>Catadora, Madalena, está na frente de casa dela e um colega catador a aborda sobre o fechamento do Lixão e grava seu testemunho com o celular (registro 16 de janeiro de 2017).</b>	<b>“Ei, governador, meu nome é Madalena, eu moro na Estrutural, desde o dia 11 de junho de 1970. Foi quando abriu o Lixão da Estrutural, onde eu trabalho. Eu vivo disso. Olha aqui as minhas latas [mostra uma bacia cheia de latas de alumínio de bebidas. Ela fala alto e se emociona]. E, se o senhor tirar o lixo, vai ter muita gente morrendo de fome e vai ter muito assalto na Estrutural, governador. Como o senhor faz uma coisa dessa com nós? Não pode fechar o Lixão, porque se o senhor fechar o Lixão a gente vai morrer tudo de fome. E a gente vai viver de quê, governador? Olha aqui as minhas latinhas. Pelo amor de Deus, governador, não tira o lixo. De que vou criar meus filhos? De que vou criar meus netos?</b>
<b>Catador, Anderson, faz seu testemunho no Lixão, em horário de trabalho, e é filmado por colega (registro feito em 10 de janeiro de 2017).</b>	<b>Governador, meu nome é Anderson. Vai prejudicar muitas pessoas que não têm trabalho aí.</b>
<b>Catador maduro, João, que faz seu testemunho no Lixão, em horário de trabalho, e é filmado por colega (registro feito em 19 de janeiro de 2017).</b>	<b>Quem fala é João. A gente trabalha aqui de dia para comer de noite. Agradeço ao governo. E tiraram nosso pão daqui de dentro. Tiraram tudinho. A gente tá aqui morrendo de fome. O Lixão não está dando mais nada. Não tenho mais um centavo no bolso. Meus filhos estão passando fome (o catador se refere à escassez de acesso a material reciclável no Lixão, antes de seu fechamento).</b>
<b>Catador, Daniel, que faz seu testemunho no Lixão e ele mesmo se filma (registro feito em 10 de janeiro de 2017).</b>	<b>Governador, nós, catadores de materiais recicláveis, conclamamos o senhor para que não feche o Lixão da Estrutural sem a inclusão dos catadores.</b>
<b>Catador, Daniel, faz entrevistas com catadores no Lixão, em horário de trabalho, e pede seus testemunhos sobre a coleta seletiva na</b>	<b>Catador 1: a gente vai morrer de fome!!! Catador 2: rapaz o governo vai ter que dar um jeito para essas famílias [que vivem do Lixão],</b>

**cidade e o fechamento do Lixão (registro feito em 10 de janeiro de 2017, na véspera da abertura do Aterro Sanitário de Samambaia).**

**porque do jeito que está não tem como ficar. Tinha prometido a construção de galpões e botar material para o povo? Catador 1: ele [governador] vai tirar o emprego de muita gente aqui. Catador 2: ele vai acabar com a cidade porque a cidade é movida por esse lixo aqui... se eles tirarem a gente daqui estamos ferrados todo mundo. Olha o que chega na coleta seletiva, é caco de vidro, resíduo hospitalar. Meu Deus do céu. Isso é a coleta seletiva!!!**

**Catadora, Maria, faz seu testemunho no Lixão, em horário de trabalho, e é filmada por colega (registro feito em 10 de janeiro de 2017).**

**Governador Rollemberg, meu nome é Maria. E moro na Chácara Santa Luzia, na Estrutural. Eu trabalho aqui há dez anos e eu lhe faço um apelo, eu lhe peço, não feche o Lixão sem primeiro a nossa inclusão. Eu tenho 7 filhos, de 14 anos a 0 ano. Tenha piedade da gente. Não faça isso com a gente, governador. Veja o nosso lado também e não só o lado do senhor. Suba aqui em cima do Lixão para o senhor ver o nosso trabalho, o nosso serviço, como é que a gente faz aqui. [a catadora se emociona e interrompe o depoimento]**

**Catador, Daniel, faz entrevistas com duas catadores no Lixão, em horário de trabalho, e pede seus testemunhos sobre a coleta seletiva na cidade e o fechamento do Lixão (registro feito em 13 de dezembro de 2016).**

**Catadora 1: Veja como é as coisas. Tamos aqui desde as 7h da manhã. Somente agora chegou o primeiro coletor, e ainda não é o nosso. E, às vezes, a gente nem pega a coleta aqui... e nós estamos aqui. O pátio está aí, sem nada e a coleta nada, desde 7h da manhã. Isso é justo? Não é. Catadora 2: aí nós fica aqui, sem material, sem fazer nada e não podemos ir embora porque a qualquer hora a coleta pode chegar. Cadê a coleta do DF? E a coleta quando vem. Não é coleta, mas muita lavagem, cocô, mato... essas coisas. Chega muito material hospitalar na coleta seletiva.**

Fonte: Elaboração própria.

As falas que ressaltam a falta de trabalho, a possibilidade de aumento da miséria social e violência na cidade com o fechamento do Aterro e a insuficiência de coleta seletiva relacionada à renda diminuta resultante da catação no lixão são as mais recorrentes nos testemunhos dos coletores de resíduos sólidos no espaço público físico e nas gravações audiovisuais lançadas na internet, o que dialoga com entrevistas semiestruturadas realizadas com indivíduos dessa população.

O problema evocado pelo discurso catador não é tanto a racionalização da gestão de resíduos, mas a confiança excessiva na arquitetura de uma política pública, como se sua legitimidade racional/legal (de cunho técnico e científico) não se confrontasse localmente com condições objetivas desfavoráveis a sua implementação. Assim, a legitimidade dos protestos públicos dos catadores está na reivindicação do reconhecimento de sua humanidade e agência na coleta seletiva, o que forma sua identidade de agente da reciclagem popular, mediante a prática paradoxal de um “trabalho sujo” (Hughes, 1962). Trata-se de um tipo de atividade laboral marcada pela estigmatização de uma atividade insalubre e visibilizada a partir do registro moral do “nojo”, do “sujo”, mas que, ao mesmo tempo, é politizada como trabalho necessário à vida citadina, que somente o catador faz: “limpar a nossa sujeira”.

Os vídeos repertoriados mostram que o engajamento no espaço público não é da ordem da deliberação ou da argumentação, mas da emoção, simpatia e empatia.

Como atesta Boltanski (1993), o elemento da piedade pode influenciar na política, como também na emergência do espaço público democrático. Trata-se, sobretudo, de se mobilizar em torno de causas de sofrimento, às quais cidadãos e agentes públicos podem estar indiferentes e para as quais são alertados, não no sentido de atrair benfeitorias, mas justiça via políticas públicas. Assim, testemunhar sobre as causas do sofrimento em um vídeo permite que a partilha de um “processo desumanizante, por natureza” adquira uma “dimensão humana”, ultrapassando a barreira espacial, remetendo ao fenômeno do “sofrimento à distância” (Boltanski, 2015). Podemos dizer que os testemunhos dos catadores acima transcritos oferecem um incremento dramatúrgico à denúncia pública de injustiças ao veicular preoccupações (desemprego, falta de renda, aumento da criminalidade, fome) causadas pelo fechamento do lixão, sem a inclusão socioprodutiva da categoria em galpões de triagem. O efeito primário é o compartilhamento do que se quer denunciar, em imagens e sons, dirigindo mensagens protestatórias ao Estado, também visando a opinião pública.

De acordo com Boltanski (2015), quando o testemunho tira sua força do sofrimento, temos um apelo ao compromisso que, no caso empírico aqui discutido, significa a ênfase dada pelos catadores à responsabilização do governo distrital por sua situação, exigindo do poder público o comprometimento com sua causa: “Governador, nós, catadores de materiais recicláveis, conclamamos o senhor para

que não feche o Lixão da Estrutural sem a inclusão dos catadores”.

Os testemunhos gravados em vídeo também tiram sua robustez da “verdade” do conteúdo de seu sofrimento a partir da prova existencial de suas condições duras e insalubres de trabalho no lixão, tal como testemunhamos nas imagens dos vídeos, embasando a crítica em “tom acusatório” (Misse & Werneck, 2012), também identificada na estrutura da denúncia pública (Boltanski, 2000) dos catadores ao poder público e em suas justificações. Esses atos testemunhais lembram aos catadores preocupados ou apreensivos de que não estão sós, mas conectados àqueles que sofrem no mesmo mundo social, formando uma experiência “comum” de injustiça.

Deduzimos que o conjunto de enunciações testemunhais do Quadro 1 se refere a tentativas dos catadores de transformar sua experiência de injustiça em dispositivos específicos de mudança de uma ordem social particular atravessada por um desrespeito: o não reconhecimento de suas atividades socioprofissionais como agentes da coleta seletiva e da reciclagem popular.

Tais testemunhos são desenvolvidos a partir de dois registros, adotados para a análise do discurso crítico dos catadores em seus esforços de comunicação e interações quando se posicionam contra o fechamento do Lixão, sem coleta seletiva adequada, sem galpões de triagem equipados para a atividade de reciclagem e em oposição ao dispositivo de compen-

sação: a) testemunhos normativo-afetivos: modos homogêneos de justificativa que expressam os objetivos políticos almejados pelos catadores que sofrem a injustiça social e b) testemunhos conceituais: identificação de conceitos que sustentam a lógica de sua gramática de protesto a partir da injustiça vivida, levando em conta suas demandas de reconhecimento do poder público e da sociedade (Renault, 2004).

A partir dos elementos afetivos (indignação), normativos (novas regras para acesso a resíduos sólidos) e conceituais (gramática do reconhecimento) percebidos nas falas dos catadores nos vídeos examinados, identificamos dois apoios experienciais fundamentais que constituem a força epistêmica dos testemunhos repertoriados: (1) os catadores verbalizam que convivem com precariedades em suas vidas, isso faz parte de sua trajetória laboral, mas, no caso da catação, as condições de trabalho no Lixão envolvem várias modalidades de risco (saúde, segurança, acesso a direitos). Esses trabalhadores, portanto, reconhecem as condições problemáticas de sua subsistência, mas estas se deteriorariam ainda mais no pós-fechamento do Lixão, mediante fome, desemprego, violências, conduzindo-os a um “sofrimento anormal”. E (2) ao mesmo tempo, eles se dão conta que os movimentos pelo fechamento do Lixão significariam o fim de arranjos estabelecidos há décadas com o poder público para viabilizar a ilegalidade da prática da catação no Aterro do Jóquei, em condi-

ções insalubres. Logo, esses trabalhadores percebem que a adoção de medidas de compensação à situação de incertezas, com o fim da atividade econômica no Aterro, os levaria a um processo político de problematização da catação diante da insuficiência dos recursos materiais para compensar suas perdas em termos de rendimentos fora do Lixão.

Constrói-se, assim, uma crítica acusatória consistente de responsabilização do governo distrital pelo não cumprimento de condição fundamental para garantia de sua subsistência, antes e depois da desativação do Aterro, o déficit da coleta seletiva no Distrito Federal.

Diante de uma pauta robusta, em termos de problemas sociais, os catadores definem e fortalecem certos argumentos acionando dispositivos de dramatização de suas situações ao testemunharem por meio dos vídeos, deixando claro que as perturbações individuais alcançam um grau de generalidade, e tornando possível tratar de prioridades para resolução do problema público (Cefai, 2017a, 2017b; Gusfield, 2009) assentado no tripé inclusão social, inclusão socioprodutiva e resíduo reciclável para todos.

Podemos dizer que os testemunhos performam um problema público quando ganham publicidade dentro e fora dos grupos de catadores concernidos, tornando-se um assunto que precisa ser tratado pelo poder público, envolvendo também outros setores da sociedade, como a Defensoria Pública da União, os meios oficiais de comunicação e as mídias sociais

na internet (Gusfield, 2009).

Em relação aos dispositivos de mobilização engendrados pelos catadores, muitos foram construídos a partir do intento de postergar o fechamento do lixão enquanto todos os trabalhadores não fossem incluídos nas listas de benefícios sociais e nos galpões de reciclagem, por um lado, e, do outro, antes de haver avanço na coleta seletiva no DF. Nesses termos, o alcance ao estatuto da arena pública passa pelo acionamento de uma variedade de formas de engajamento com o problema, de participação na ação coletiva e envolvimento nos fóruns de negociação dos termos das medidas compensatórias (processo revelador da dimensão pedagógica desse aprender a estar junto, a se associar, para o exercício de práticas políticas). Tudo isso passa pelas simbolizações do ser catador enquanto identidade e agência na coleta seletiva, redundando, finalmente, num processo de luta por reconhecimento do papel desses agentes na vida cidadina no sentido, sobretudo, do trabalho socioambiental que realizam.

De maneira geral, os catadores entrevisitados e observados em cenas de ação coletiva no Facebook testemunham seu sentimento de exclusão cultural em relação ao acesso e à forma como são retratados pela mídia: “A mídia não nos representa. Nós somos vistos como coitados”; “Nós não queremos que os meios de comunicação venham aqui nos filmar. Eles não são nossos aliados”. Nesse sentido, esses trabalhadores se referem a uma outra modalidade de injustiça que podemos chamar de

injustiça simbólica, cultural ou hermenêutica para tratar da ausência ou invisibilidade de minorias da sociedade no espaço público midiático como também a exclusão desses grupos da apropriação de meios de comunicação (Leal, 2017). Ao entenderem sua posição marginal na disputa discursiva em torno da legitimidade do “quem pode falar” na mídia oficial sobre políticas socioambientais, buscaram a autoria de um “pragmatismo epistemológico” (Santos, 2007) cuja justificação está no fato de suas experiências de vida lhes serem inteligíveis por via de uma epistemologia das consequências. Isso porque, no mundo social em que vivem, as consequências, percebidas como ameaças de sobrevivência, vêm antes da identificação das causas.

As narrativas testemunhais coadunam com a perspectiva de uma “política catadora”, a qual reivindica uma economia circular de resíduos e da reciclagem a partir de condições mais justas para os atores que atuam nas margens da gestão de resíduos na cidade (Lima, 2023). Na perspectiva sociotécnica, os catadores equivalem a “elementos humanos” infraestruturais (infraestruturas pensantes) da limpeza e salubridade citadina com suas práticas da catação, cuja essencialidade torna-se visível, como todo aparato infraestrutural, em momentos críticos (Star, 2018). Disso decorre que os testemunhos autorais cotejados neste estudo são verdadeiras identidades narradas do “ser catador”, as quais revelam “pessoas como infraestruturas corporificadas” (Lima, 2023), ou como “infraestruturas vitais” (Fredericks, 2014) ou

“corpos laborais invisíveis” (Zhang, 2019), que tornam possível a política de tratamento de resíduos no Distrito Federal.

## Considerações finais

O nosso objeto é discutido no âmbito do problema das formas segundo as quais catadores de materiais recicláveis, considerados “trabalhadores hipossuficientes”, inseridos num quadro comum de precariedades, atuam numa arena de publicização mobilizando-se para definir uma pauta de assuntos problemáticos decorrentes de questões sociais que começam com o funcionamento e se refletem no momento crítico da interdição do trabalho de catação no Lixão da Estrutural, utilizando a linguagem das lutas por reconhecimento para reverter os dispositivos compensatórios engendrados pelo governo e considerados injustos por esses atores. Em franco movimento de superação de suas desvantagens epistêmicas, esses trabalhadores acionam dispositivos próprios para lidar com as fragilidades dos vínculos associativos que engendram suas ações coletivas transitando entre regimes de capacidades de agir e de incapacidades diante da problematização formulada pelos atores concernidos pelos desdobramentos do fechamento do Lixão em sua vida socioprodutiva.

Os testemunhos dos catadores são índice de “autoconfiança epistêmica” (Flicker, 2007), tanto em reuniões em frente aos portões do Lixão da Estrutural, nos meses subsequentes ao fechamento do

aterro, como em momentos anteriores a esse acontecimento, em depoimentos gravados em seu lócus de trabalho, denunciando a insalubridade da triagem de materiais secos no Aterro. Trata-se, nos dois casos, de momentos de partilha coletiva e interpretação de suas próprias experiências com colegas de profissão, envolvendo, inclusive, no primeiro caso, agentes públicos de defesa dos direitos de cidadania, como defensores e promotores públicos. Aqui se constata o que Zamora (2017) chama de “clima hermenêutico inclusivo” enquanto ambiente comunicativo poderoso, inovador, que se concretiza em reuniões de conscientização do problema público, envolvendo um processo de aprendizagem de autoapropriação coletiva por meio da qual os grupos superam patologias culturais, evitando a incidência de violência física. Abre-se, assim, espaço para experimentos investigativos cujo testemunho se converte em prova do sofrimento social grupal. Testemunhar, nesse contexto, é gesto relevante de confiança epistêmica para criticar a situação problemática (pessoas em situação de insalubridade que passam pela incerteza sobre garantias de fonte de renda com a interdição da triagem catadora no lixão).

Apesar da ausência da palavra “catadora” na mídia oficial sobre problemas que envolvem o fechamento dos lixões no país, os catadores, com seus testemunhos, ao utilizarem as redes sociais online para ultrapassar uma das barreiras mais relevantes para processos de reconhecimento e enfrentamento de injustiças epis-

têmicas, realizam um trabalho simbólico inovador (Zamora, 2017) ao identificar o Facebook como local privilegiado para geração de significados socialmente legítimos sobre sua situação laboral.

Os testemunhos traduzem categorias pelas quais esses trabalhadores dão sentido à sua própria experiência de injustiça social e ambiental. Ao fazê-lo, tornam visíveis as experiências dos membros desse grupo social, que não têm representação adequada no lócus de reprodução simbólica privilegiado. O trabalho epistêmico dos catadores expõe publicamente o problema público de coleta seletiva e da relevância ambiental do trabalho sujo realizado por eles, indo além do espectro de recursos simbólicos acessíveis ao grande público, o qual é restrito aos significados que melhor descrevem a forma como membros dominantes vivenciam e interpretam medidas de mitigação da poluição ambiental, como o fechamento dos lixões. Isso porque o discurso ecológico e sanitário midiatisado nos meios oficiais não abarca as questões de justiça social que estão em jogo para os catadores que se veem sem compensação e/ou inclusão socioprodutiva segundo suas necessidades e expectativas quando lixões são desativados pelo país sem o devido fomento ao associativismo ou cooperativismo catador.

Entendemos que o testemunho não necessariamente resolve o problema, mas contribui para o enriquecimento da produção simbólico-discursiva sobre o déficit nacional do tratamento de resíduos sólidos, que esbarra em questões sociais

como escassez de saneamento básico, de coleta seletiva e de apoio ao socioambientalismo popular praticado pelos catadores de materiais recicláveis. Além disso, revela a capacidade dos catadores de materiais recicláveis de articular adequadamente suas experiências com catação no lixão a incertezas que pairam sobre a continuidade de suas atividades laborais no ramo da reciclagem catadora.

Por fim, reiteramos que os testemunhos veiculados na internet pelos catadores dizem respeito ao movimento de transformação de problemas sociais em problemas públicos, o que corresponde

em nossa análise à passagem de sofrimento social à experiência de injustiça social. A perda da atividade econômica e social como vetor de perturbação do curso normal de suas vidas e o descompasso entre compensação e inclusão social no quadro da política distrital de tratamento de resíduos recicláveis constituem duas situações problemáticas formuladas pelos catadores. Esse quadro conjuntivo de problemas aponta para os desafios da construção de um compromisso entre Estado e trabalhadores da reciclagem popular que dê conta da articulação entre justiça ambiental e social.



## Referências Bibliográficas

- Allard, L., & Vandenberghe, F. (2003). Express yourself! Les pages perso: Entre légitimation technopolitique de l'individualisme expressif et authenticité réflexive peer to peer. *Réseaux*, (117), 191–219. <https://www.cairn.info/revue-reseaux-1-2003-1-page-191.htm>
- Bleil, S. (2005). Avoir un visage pour exister publiquement: L'action collective des sans terre au Brésil. *Réseaux*, (129-130), 123–153. <https://www.cairn.info/revue-reseaux-1-2005-1-page-123.htm>
- Blumer, H. (1939). Collective behavior. In R. Park (Ed.), *An outline of the principles of sociology* (pp. 221-280). Barnes and Noble.
- Boltanski, L. (2015). A presença das pessoas ausentes. *Parágrafo*, 2(3), 147–156. <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/338/346>
- Boltanski, L. (1993). *La souffrance à distance: Morale humanitaire, médias et politique*. Métailié. <https://www.cairn.info/la-souffrance-a-distance--9782864241641.htm>
- Boltanski, L. (2000). *El amor y la justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción*. Amrrortu.
- Boltanski, L. (2009). *De la critique: Précis de sociologie de l'émancipation*. Gallimard.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (2020). *A justificação: Sobre as economias da grandeza*. Editora UFRJ.
- Breviglieri, M., (2008). Penser la dignité sans parler le langage de la capacité à agir. In J.-P. Payet & A. Battegay (Eds.), *La reconnaissance à l'épreuve: Explorations socio-anthropologiques* (pp. 83-92). Presses Universitaires du Septentrion. <https://doi.org/10.4000/books.septentrion.38592>

- Campos, L. A. (2016). Qual capacidade crítica? Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer. *Sociedade e Estado*, 31(3), 719–740. <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6169>
- Cefaï, D. (2017a). Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo. *Novos Estudos Cebrap*, 36, 1, 187–213. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>
- Cefaï, D. (2017b). Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo. *Novos Estud. Cebrap*, 36, 129–142. <https://www.scielo.br/j/nec/a/cGMgGqgT94BFhsXst8Shp4L/?format=pdf>
- Cefai, D. (2019). Publicidades: Um argumento pragmatista. *Estudos de Sociologia*, 1(25), 9–44. <https://doi.org/10.51359/2317-5427.2019.243753>
- Celikates, R. (2012). O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da Teoria Crítica. *Novos Estudos*, 93. [https://pdfs.semanticscholar.org/7ab0/7074308bb-f4f623e97d614afd9b2dcd9a19.pdf\\_403309.1183432678.1639334488-849970434.1639148900](https://pdfs.semanticscholar.org/7ab0/7074308bb-f4f623e97d614afd9b2dcd9a19.pdf_403309.1183432678.1639334488-849970434.1639148900)
- Dewey, J. (1894). The theory of emotion. (I) Emotional Attitudes. *Psychological Review* 1, 553–569.
- Diaz, P. (2012). D'une vérité à l'autre sur les crimes du passé. Le cas de Chili. In D. Cefaï, & C. Terzi (Eds.), *L'expérience des problèmes publics*. Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales. <https://doi.org/10.4000/books.edition-sehess.19617>
- Dodier, N., & Barbot, J. (2018). Testemunhar como vítima no tribunal: Estrutura normativa do uso da palavra no seio de um dispositivo. In D. S. Corrêa, L. Chartain, R. Cantu, & S. Leal (Orgs.), *Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França* (pp. 23–56). Annablume.
- Fredericks, R. (2014). Vital infrastructures of trash in Dakar. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, 34(3), 532–548. <https://doi.org/10.1215/1089201X-2826085>
- Fricker, M. (2017). *Injusticia epistémica: el poder y la ética del conocimiento*. Herder.
- Genard, J.-L. (2007). Capacités et capacitation: Une nouvelle orientation des politiques publiques? In F. Cantelli & J.-L. Genard (Orgs.), *Action publique et subjectivité* (pp. 41–64). Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.
- Genard, J.-L., & Cantelli, F. (2008). *Êtres capables et compétents: Lecture anthropologique et pistes pragmatiques*. SociologieS, Théories et recherches. <https://doi.org/10.4000/sociologies.1943>
- Gusfield, J. R. (2014). *La cultura de los problemas públicos: El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Sigloveintiuno.
- Herzog, B. (2016a). Discourse analysis as immanent critique: Possibilities and limits of normative critique in empirical discourse studies. *Discourse & Society*, 27(3), 278–292. <https://doi.org/10.1177/0957926516630897>
- Herzog, B. (2016b). *Discourse analysis as social critique: Discursive and non-discursive realities in critical social research*. Palgrave Macmillan.
- Herzog, B. (2018). Suffering as an anchor of critique: The place of critique in critical discourse studies, *Critical Discourse Studies*, 15(2), 111–122. <https://doi.org/10.1080/17405904.2017.1418402>
- Herzog, B. (2011). Exclusión discursiva: Hacia un nuevo concepto de la exclusión social. *Revista Internacional de Sociología*, 69(3), 607–626. <https://doi.org/10.3989/ris.2009.12.21>

- Honneth, A. (2007). Recognition as ideology. In B. Brink, & D. Owen (Orgs.), *Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical theory* (pp. 323-347). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511498732.013>
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Honneth, A. (2018). A dinâmica social do desrespeito: Para a situação de uma teoria crítica da sociedade. *Política & Sociedade*, 17(40), 21–42. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p21>
- Honneth, A. (2013). *Ce que social veut dire*. Gallimard.
- Hughes, E. C. (1962). Good people and dirty work. *Social Problems*, 10(1), 3–11. <https://doi.org/10.2307/799402>
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/Ed. PUC-Rio.
- Leal, S. (2017). Diversidade cultural e reconhecimento no quadro de políticas de comunicação e cultura no Brasil: desafios e perspectivas para concretização da Convenção da Unesco de 2005. *Política e Sociedade*, 16(35), 94–131. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p94>
- Leal, S. (2019). Concepções de justiça acerca de um dispositivo de inclusão social: (in)capacidades e registros normativos segundo beneficiários do Programa Bolsa Família. In Cantu, R; Leal, S; Silva, D; Chartain, L. (Orgs.), *Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil* (pp. 225-264). Pontes.
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. (2010, 2 de agosto). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)
- Lima, M. R. P. (2018). Paradoxos da formalização: A inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). *Horizontes Antropológicos*, 50, 145–180. <http://journals.openedition.org/horizontes/1898>
- Lima, M. R. P. (2023). Infraestruturas residuais: Colonialismos na gestão de resíduos e a política catadora. *Estudos Avançados*, 37(107), 63–82. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37107.005>
- Loizos, P. (2008). Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (2a ed., pp. 137–155). Vozes. <https://tinyurl.com/3s4nb5ue>
- Martuccelli, D. (2002). *Grammaires de l'individu*. Gallimard.
- Medina, J. (2012). *The Epistemology of Resistance*. Oxford University Press.
- Misso, M., & Werneck, A. V. (2012). O interesse no conflito. In M. Misso & A. V. Werneck (Orgs.), *Conflitos de (grande) interesse: Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas* (pp. 7-25). Garamond/Faperj.
- Nachi, M. (2004). The morality in/of compromise: some theoretical reflections. *Social Science Information*, 43(2), 291–305. <https://doi.org/10.1177/0539018404042583>
- Paugam, S. (2017). Durkheim e o vínculo aos grupos: Uma teoria social inacabada. *Sociologias*, 19(44), 128–160. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004405>
- Paveau, M.-A. (2017). Le discours des vulnérables. Proposition théorique et politique. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 18(1), 135–157. <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1571>
- Quéré, L. (2012). Le travail des émotions dans l'expérience publique: Marées vertes

en Bretagne. *Raisons pratiques*, 22, 135–162.

- Quéré, L. (2021). *La fabrique des émotions*. PUF.
- Renault, E. (2008). *Souffrances sociales: Sociologie, psychologie et politique*. La Découverte.
- Renault, E. (2004). *L'expérience de l'injustice: Reconnaissance et clinique de l'injustice*. La Découverte.
- Ricoeur, P. (2014). *O si-mesmo como outro*. WMF Martins Fontes.
- Rose, D. (2008). Análise de imagens em movimento. In M. W. Bauer & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (2a ed., p. 343–364). Vozes. <https://tinyurl.com/3s4nb5ue>
- Ruiz, J. R. (2009). Análisis sociológico del discurso: Métodos y lógicas. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 10(2), 26.
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3–46. <https://doi.org/10.4000/rccs.753>
- Scott, J. C. (2003). *Los dominados y el arte de la resistencia*. Txalaparta.
- Sen, A. (2008). Éléments d'une théorie des droits humains. In J. Munck, & B. Zimmermann (Eds.), *La liberté au prisme des capacités: Amartya Sen au-delà du libéralisme* (pp. 139-184). Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales. <https://doi.org/10.4000/traces.8455>
- Star, S. L. (2018). L'ethnographie des infrastructures. *Tracés*, 35, 187–206 <https://doi.org/10.4000/books.editionehess.11425>
- Thompson, J. (2005). La nouvelle visibilité. *Réseaux*, (129-130), 59–87.
- Tourette-Turgis, C., & Thievenaz, J. (2012).

La reconnaissance du pouvoir d'agir des sujets vulnérables: Un enjeu pour les sciences sociales, *Le sujet dans la cité*, 2(3), 139–151. <https://doi.org/10.3917/lscdlc.003.0139>

- Voirol, O. (2005). Les luttes pour la visibilité: Esquisse d'une problématique. *Réseaux*, 129-130, 89–121.
- Werneck, A., & Loretti, P. (2019). Forma-crítica, formas da crítica: As diferentes dimensões do discurso de descontentamento. In R. Cantu, S. Silva, & D. L. Chatain, (Orgs.), *Sociologia, crítica e pragmatismo: Diálogos entre França e Brasil* (pp. 349-386). Pontes.
- Zamora, J. S. (2015). La réappropriation de la démocratie: Vers de nouvelles formes de participation politique. *Participations*, 13(3), 205–218.
- Zamora, J. S. (2017a). Overcoming hermeneutical injustice: Cultural self-appropriation and the epistemic practices of the oppressed. *Journal of Speculative Philosophy*, 31(2), 299–310. <https://doi.org/10.5325/jspecphil.31.2.0299>
- Zamora, J. S. (2017b). La lógica de la movilización: Una aproximación a los movimientos por la emancipación desde John Dewey. In G. Caruso & J. S. Zamora (Dir.), *Las armas de la crítica* (pp. 113-142). Anthropos. <https://doi.org/10.18800/9788416421893.003>
- Zamora, J. S. (2019). Approfondir la démocratie avec John Dewey: Pratiques épistémiques et mouvements sociaux. *Pragmatia*, 2, 63–110.
- Zhang, A. (2019). Invisible labouring bodies: Waste work as infrastructure in China. *Made In China Journal*, 4(2), 98–102. <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n6864/pdf/book.pdf>